

Do cabaré ao lar

A Utopia da Cidade Disciplinar

Coleção Estudos Brasileiros
vol. 90

Margareth Rago

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Síndicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

R144d Rago, Luzia Margareth.
Do cabaré ao lar : a utopia da cidade disciplinar :
Brasil 1890-1930 / Luzia Margareth Rago. — Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985.

(Coleção Estudos brasileiros ; v. 90)

Bibliografia.

1. Brasil — História — 1889-1930. 2. Trabalho e trabalhadores — Brasil — História. I. Título. II. Série.

85-0898

CDD-981.05

Do cabaré ao lar

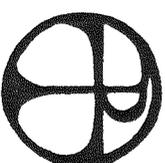
A Utopia da Cidade Disciplinar

Brasil: 1890 — 1930

EDITORA PAZ E TERRA

Conselho Editorial

Antonio Candido
Celso Furtado
Fernando Gasparian
Fernando Henrique Cardoso



Paz e Terra

II. A COLONIZAÇÃO DA MULHER

Aprisionado numa representação imaginária que o infantiliza, o trabalhador urbano se viu perseguido para além dos muros da fábrica, nos momentos de não-trabalho. A imagem negativa de uma alteridade assustadora — o povo selvagem, incivilizado, bruto — suscitava inquietações e mal-estar nos setores mais privilegiados da sociedade, demandando um conhecimento minucioso do modo de vida que se configurava nos cortiços, favelas, botequins, parques e ruas, progressivamente invadidos por esta nova "espécie humana".

Mais do que o discernimento pelo olhar analítico e classificador de médicos, higienistas, criminologistas e inspetores públicos, é o desejo de eliminação da diferença, de normalização do Outro, que se coloca como motivação primeira das investidas do poder sobre a classe operária fora das fábricas. Na empresa de construção de um mundo à sua imagem, a domesticação do novo operariado implicou a imposição do modelo imaginário de família criado pela sociedade burguesa.

Instituir hábitos moralizados, costumes regrados, em contraposição às práticas populares promíscuas e anti-higiênicas observadas no interior da habitação operária, na lógica do poder significava revelar ao pobre o modelo de organização familiar a seguir. Nesta utopia reformadora, a superação da luta de classes passava pela desodorização do espaço privado do trabalhador de duplo modo: tanto pela designação da forma da moradia popular, quanto pela higienização dos papéis sociais representados no interior do espaço doméstico que se pretendia fundar. A família nuclear, reservada, voltada sobre si mesma, instalada numa habitação aconchegante deveria exercer uma sedução no espírito do trabalhador, integrando-o ao universo dos valores dominantes.

A promoção de um novo modelo de feminilidade, a esposa-dona-de-casa-mãe-de-família, e uma preocupação especial com a infância, percebida como riqueza em potencial da nação, constituíram as peças mestras deste jogo de agenciamento das relações intra-familiares. A mulher cabia, agora, atentar para os mínimos detalhes da vida cotidiana de cada um dos membros da família, vigiar seus horários, estar a par de todos os pequenos fatos do dia-a-dia, prevenir a emergência de qualquer sinal da doença ou do desvio. Completamente, a criança passou a ser considerada como ser especial, que requeria todos os cuidados dos médicos, novos aliados da mãe, não obstante sua ampla utilização nas camadas pobres da população, como força de trabalho industrial.

No campo dos dominados, também os anarquistas se preocuparam com a constituição de novas relações afetivas, com a fundação de um outro modo de organização familiar, com a emancipação da mulher e com a formação do homem novo, a partir de um projeto educacional próprio. Várias vozes se levantaram entre os libertários, defendendo os direitos da mulher, buscando conscientizá-la, da importância de sua libertação numa sociedade machista e opressora, anunciando a possibilidade do amor livre, da maternidade voluntária, da igualdade de direitos entre os sexos, da eliminação da prostituição, a partir da construção de uma ordem social fundada na igualdade, na liberdade e na justiça social.

De volta ao lar

Frágil e soberana, abnegada e vigilante, um novo modelo normativo de mulher, elaborado desde meados do século XIX, prega novas formas de comportamento e de etiqueta, inicialmente às moças das famílias mais abastadas e paulatinamente às das classes trabalhadoras, exaltando as virtudes burguesas da laboriosidade, da castidade e do esforço individual. Por caminhos sofisticados e sinuosos se forja uma representação simbólica da mulher, a esposa-mãe-dona-de-casa, afeita mas assexuada, no momento mesmo em que as novas exigências da crescente urbanização e do desenvolvimento comercial e industrial que ocorrem nos principais centros do país solicitam sua presença no espaço público das ruas, das praças, dos acontecimentos da vida social, nos teatros, cafés, e exigem sua participação ativa no mundo do trabalho.

As mulheres ricas, as exigências de um bom preparo e educa-

ção para o casamento, tanto quanto as preocupações estéticas, com a moda ou com a casa, reclamam sua frequência nos novos espaços da cidade, como nas escolas então criadas para os filhos das famílias abastadas. Desde 1870, por exemplo, fundava-se a Escola Americana, que daria origem ao Mackenzie College, onde uma pedagogia importada dos Estados Unidos oferecia cursos de cultura física e práticas esportivas às jovens.

As mulheres pobres e miseráveis, as fábricas, os escritórios comerciais, os serviços em lojas, nas casas elegantes ou na Companhia Telefônica apareciam com alternativas possíveis e necessárias.

A invasão do cenário urbano pelas mulheres, no entanto, não traduz um abrandamento das exigências morais, como atesta a permanência de antigos tabus como o da virgindade. Ao contrário, quanto mais ela escapa da esfera privada da vida doméstica, tanto mais a sociedade burguesa lança sobre seus ombros o anátema do pecado, o sentimento de culpa diante do abandono do lar, dos filhos carentes, do marido extenuado pelas longas horas de trabalho. Todo um discurso moralista e filantrópico acena para ela, de vários pontos do social, com o perigo da prostituição e da perdição diante do menor deslize. Não é a mulher esta carne fraca, presa fácil das paixões, que sucumbe sem resistências ao olhar insistente ou aos galanteios envaldecedores do sedutor? Vários procedimentos estratagemáticos masculinos, acordos tácitos, segredos não confessados tentam impedir sua livre circulação nos espaços públicos ou a assimilação de práticas que o imaginário burguês situou nas fronteiras entre a liberdade e a interdição.

Também não se abrem amplas perspectivas profissionais para ela, como se poderia supor num primeiro momento. Afinal, a preocupação com sua educação visa prepará-la não para a vida profissional, mas sim para exercer sua função essencial: a carreira doméstica. Os conhecimentos que adquirisse deveriam, portanto, auxiliar a dissipar os antigos preconceitos que povoavam sua mente fraca e torná-la uma companhia mais agradável e interessante ao homem.

O movimento operário, por sua vez, liderado por homens, embora a classe operária do começo do século fosse constituída em grande parte por mulheres e crianças, atuou no sentido de fortalecer a intenção disciplinadora de deslocamento da mulher da esfera pública do trabalho e da vida social para o espaço privado do lar. Ao reproduzir a exigência burguesa de que a mulher operária correspondesse ao novo ideal feminino da mãe, "vigilante do lar".

o movimento operário, obstaculizou sua participação nas entidades de classe, nos sindicatos e no próprio espaço da produção, demandando seu retorno ao campo que o poder masculino lhe circunscreveu: o espaço da atividade doméstica e o exercício da função sagrada da maternidade.¹

Pouco importam os vários artigos que na imprensa operária cobram uma maior participação feminina nos movimentos reivindicativos da classe. Na prática, esses movimentos eram controlados por elementos do sexo masculino, que certamente tinham maior liberdade de circulação, maior acesso à informação e maior organização entre si. As mulheres deveriam participar enquanto filhas, esposas ou mães, isto é, na condição de subordinadas aos líderes. Na França, Madeleine Rebérioux registra o mesmo problema.² Ela explica a baixa taxa de sindicalização das operárias em comparação à dos homens, desde o final do século XIX, em parte pela falta de disponibilidade (afinal as trabalhadoras também são donas-de-casa e mães), mas também pela "dificuldade de penetrar no mundo masculino dos sindicatos, freqüentemente dirigidos por operários qualificados mais ou menos hostis". Até 1935, a CGT francesa defendia que somente as viúvas e celibatárias deveriam trabalhar, pois "o homem deve alimentar a mulher", afirma Zeldin.³

Ao exigir o confinamento da mulher à esfera privada da vida doméstica, alienante e redentora, os militantes e trabalhadores em geral contribuíram para firmar sua própria posição social no processo produtivo, valorizando a força de trabalho masculina, qualificada ou não. Com muita freqüência, as informações veiculadas pela imprensa operária testemunham a indignação e o sentimento de humilhação dos homens, quando substituídos pelas mulheres no processo de produção. *A Luta Proletária*, de 4-3-1908, afirmava:

Convém notar que nesta fábrica (de fósforos A Paulicéa) estão empregados meninos de 7 anos para cima e grande quantidade de mulheres. Os homens são ali muito poucos, pois são preferidas as mulheres e as crianças, que se sujeitam com mais facilidade a todas as ladroeiros.

1. Maria Valéria J. Pena, *Mulheres e Trabalhadoras. Presença Feminina na Constituição do Sistema Fabril*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
2. Madeleine Rebérioux, "L'ouvrière", in: *Misérable et Glorieuse. La Femme du XIX^eme Siècle*. Paris, Fayard, 1980, p. 72.
3. Theodore Zeldin, *Histoire des Passions Françaises*. I. Ambition et Amour. Paris, Seuil, 1980, p. 402.

Certamente, a construção de um modelo de mulher simbolizado pela mãe devotada e inteira sacrifício, implicou sua completa desvalorização profissional, política e intelectual. Esta desvalorização é imensa porque parte do pressuposto de que a mulher em si, não é nada, de que deve esquecer-se deliberadamente de si mesma e realizar-se através dos êxitos dos filhos e do marido. É claro que, em grande parte, este modelo vitoriano de comportamento feminino determinou suas opções e condutas. Mesmo porque até muito recentemente os cursos de especialização profissional, técnicos e universitários, estavam praticamente fechados às mulheres, destinadas às carreiras de professoras primárias, enfermeiras, no caso das que tinham algum acesso a instrução, e domésticas, operárias, costureiras, datilógrafas, telefonistas, nas camadas mais baixas. Em qualquer caso, o campo de atuação da mulher fora do lar circunscru-se ao de ajudante, assistente, ou seja, a uma função de subordinação a um chefe masculino em atividades que a colocaram desde sempre à margem de qualquer processo decisório. No caso da operária, mesmo num ramo onde sua participação era enorme, como o têxtil, "as alternativas de ocupação para os homens eram maiores".⁴ Enquanto eles estavam presentes em quase todas as atividades ocupadas pelas mulheres, como a costura de sacos ou nas macearogueiras, vários trabalhos eram interditados a elas, principalmente os cargos de chefia.

As fábricas, esses lupanares...

À OPERÁRIA

Flor a se definhara nessa estufa doentia,
Onde impera o trabalho e reina a tirania.
Onde a fome voraz canta de sol a sol:
És pela Sociedade infame destinada
A sofrer, trabalhar e morrer estiolada
Sem veres da Alegria o primeiro arrebol...

Nessa furna sem ar e sem luz — a Oficina —
A sociedade vil, corruptora, assassina,

4. Maria Alice Ribeiro, *op. cit.*, p. 136.

Com ferozes grilhões para sempre te prendeu.
E o atroz Capitalismo o teu suor devora,
Como a água do Cáucaso estragalhava outrora
A carne, a robustez do heróico Prometeu....

Para o mundo atual tu és unicamente
Fonte da exploração, máquina inconstante
Que trabalha e procria o infeliz que amanhã
Irá minas cavar, servo do potentado,
Frequentar as prisões e hospitais... e embriagado
Morrer no leito infiel de imunda barregã....

O mulher infeliz, luta, trabalha, morrei!
Mas o sangue, o suor que da tua fronte escorre
Vai formando esse mar de fúria e indignação
Em que há de submergir um dia o Despotismo
Que há de fazer nascer da lama deste abismo
Um mundo mais humano e sem falta de pão....

Raimundo Reis

A poesia que *A Terra Livre* publica, em 15-6-1910, reflete a imagem feminina construída pelo imaginário operário: romântica, sensível, ingênua, explorada, a figura da mulher é associada à idéia da flor frágil e desamparada, vítima do capitalismo vil, corruptor e assassino, "máquina inconsciente" destinada a trabalhar e a procriar, ao contrário do homem, dotado de razão, símbolo da força e da coragem, princípio objetivo da humanidade, ativo e poderoso. No entanto, o futuro está contido em germe em seu corpo: é do seu sangue e suor que se formará um "mar de fúria e indignação", que fará submergir o atual sistema de exploração do trabalho numa lama abismal, da qual brotará o novo mundo. Como uma deusa toda-poderosa, a mulher, figura frágil e explorada, é, no entanto, o símbolo da anarquia, força que há de partir a nova sociedade, livre das misérias e das injustiças sociais.

Entretanto, enquanto seu papel de agente reprodutora é valorizado, a ela cabendo a missão sagrada de criar os futuros "servos do potentado", de enfrentar com resignação e paciência as agruras da miséria, apoiando moralmente o marido, aos homens cabe defendê-la e lutar pelos seus direitos, já que também politicamente elas são menos combativas, "máquinas inconscientes".

As denúncias que a imprensa operária publica sobre a exploração do trabalho da mulher apelam, em primeiro lugar, para o problema moral da sexualidade e para os obstáculos à realização da função materna. A fábrica, "furna sem ar e sem luz" da poesia de Raimundo Reis, emerge como lugar da prostituição, como o espaço onde a mulher, frágil e indefesa, corre o risco de corromper-se física e espiritualmente: o lugar do trabalho é a antítese do lar. Além disso, critica-se a ameaça sexual representada pela relação de dominação exercida pelo superior hierárquico:

que a que não se submete às exigências arbitrárias, não já do burguês (...) mas às dos capatazes, ao serviço dos mesmos senhores é desacreditada e maltratada por esses homens sem consciência, até o extremo de ter de optar entre a degradação e a morte (*O Amigo do Povo*, 5-7-1902).

Retratando a miserável situação das classes trabalhadoras na Inglaterra, Engels também mostrava como o trabalho feminino nas indústrias "desorganiza inevitavelmente a família, e esta desorganização tem, no estado atual desta sociedade assente na família, as consequências mais desmoralizantes, tanto para os pais quanto para os filhos"⁵. O sistema fabril, para ele, impedia ainda que a mulher aprendesse os trabalhos domésticos e se tornasse uma boa dona-de-casa.

De modo geral, o discurso operário masculino fala da e para a mulher trabalhadora, definindo-a simbolicamente como "sexo frágil", física e moralmente, numa atitude paternalista que visa protegê-la contra os domínios das fábricas e conscientizá-la da importância de sua organização política. Nesse sentido, o movimento operário, mesmo o anarquista, atribui-se o direito de liderança sobre as mulheres, seja devido à sua "débil constituição física", seja devido à falta de combatividade que caracteriza a "natureza feminina". São constantes os artigos incitando as operárias a se sindicalizarem e a resistirem politicamente na luta contra os patrões, que "para elas só têm dois tratamentos: o vocabulário indecente e vil da taberna ou as delambidões rufanescas" (*A Terra Livre*, 13-10-1907).

Estabelece-se então uma relação pedagógica, paternalista, de subordinação da mulher frente ao homem, exatamente como no

5. Friedrich Engels, *op. cit.*, p. 190.

